

# Constituinte

Estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho, mandato, reforma agrária, tudo isso — segundo Ulysses — exige muita discussão. E é o que ele já começou a fazer.

ANCP 4

20 JUN 1987  
JORNAL DA TARDE

## Ulysses começa a discutir os temas mais polêmicos

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, almoçou ontem com 11 peemedebistas dos diversos estados e não integrantes da tradicional "turma do poire" e ficou "impressionado", com a tendência majoritária em favor do sistema parlamenta-

rista. O deputado Albérico Filho (PMDB-MA), primo do presidente Sarney, aproveitou para anunciar que Ulysses é o seu candidato a primeiro-ministro. Dos 11, apenas o deputado Wagner Lago (PMDB-MA) apóia a manutenção do presidencialismo.

Na conversa informal do almoço, num restaurante, Ulysses Guimarães manifestou preocupação com a proposta de reforma agrária aprovada na Comissão de Ordem Econômica, dizendo que o texto da nova Constituição não pode ser "mais atrasado" do que o Plano Nacional de Reforma Agrária em vigor.

Outra questão que ele entende que merece estudos mais apurados é a estabilidade no emprego que, na sua opinião, não pode ser tão automática quanto se pretende. O presidente da Constituinte está aproveitando os encontros com os peemedebistas para lembrar os pontos programáticos do partido e a necessidade de sua observância na elaboração da futura Constituição.

Segundo parlamentares da sua intimidade, o presidente da Constituinte está ampliando ao máximo o número de parlamen-

tares da "turma do poire" para conversar informalmente com o maior número possível de peemedebistas e discutir os temas políticos mais polêmicos. Desde a instalação da Constituinte, Ulysses almoçou com quase 90 parlamentares, em seis ocasiões diferentes, dando especial atenção aos peemedebistas de primeiro mandato, inclusive aqueles que nunca tiveram oportunidade de um contato mais próximo com ele.

### Sistematização

A obrigatoriedade de regulamentação da nova Constituição ainda nesta legislatura — através de ato inserido na nova Carta — será apresentada como idéia ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), pelo grupo dos oito relatores-auxiliares, informou ontem um deles, o senador Virgílio Távora (PDS-CE). Ele advertiu que a criação deste ato constitucional evitará que as matérias aprovadas no plenário da Constituinte e inseridas na nova Carta deixem de ser cumpridas por falta de regulamentação como vem ocorrendo com matérias aprovadas na Constituinte de 46.

Ao destacar a importância deste instrumento, o senador cearense lembrou como exemplo que os trabalhadores só não participam dos lucros das empresas há 40 anos por falta de regulamentação deste artigo na Constituição de 46.

Neste sentido o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), também um dos oito relatores-auxiliares de Bernardo Cabral, anunciou que reapresentará emenda ao plenário da Constituinte fixando em não menos de um terço a participação anual dos trabalhadores nos lucros das empresas.

Como pontos atritantes examinados nos sete relatórios temáticos até agora pelo grupo, Virgílio Távora citou: forma de governo, mandato do presidente da República, regime de propriedade, conceituação de propriedade privada, reforma agrária, reforma urbana, questões trabalhistas: regime e estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho, extensão do direito à greve, função do mercado interno e reserva de mercado. O grupo prevê muitos conflitos entre os relatórios da Comissão da Ordem Econômica, Ordem Social e do Sistema Tributário, admitiu outro relator-auxiliar, o deputado Joaquim Beviláqua (PTB-SP).

Nesta segunda e ainda na terça-feira os oito relatores-auxiliares reúnem-se com Bernardo Cabral para redigir a primeira versão técnica da nova Constituição. A parte política e ideológica será montada por outro grupo: o dos quatro relatores-adjuntos, liderados pelo senador Fernando Henrique Cardoso. A triagem e elaboração preliminar do índice da nova Constituição por assunto está sendo elaborada por cerca de 15 técnicos legislativos do Centro de Documentação da Câmara.

Também segunda-feira, outro relator-auxiliar, Renato Vianna (PMDB-SC), vai propor uma nova definição de empresa nacional no capítulo da Organização do Estado. No seu parecer, ele altera a redação do artigo 8º do substitutivo do senador José Richa, para estabelecer que será considerada empresa nacional aquela cujo capital não estiver sujeito a "ônus por financiamentos externos e nem a remessa de juros, dividendos ou royalties para o Exterior, por parte dos acionistas".



Ulysses



Cabral



Távora

O deputado Renato Vianna (PMDB-SC) apresentou uma emenda no plenário da Constituinte propondo a ocupação racional das terras ociosas. Ele considera um retrocesso ao Estatuto da Terra a forma pela qual está disposto o capítulo da reforma agrária na nova Constituição, acreditando que o tema tem chances de evoluir na votação em plenário.

Com a indicação das lideranças partidárias, o Senado constituiu ontem a CPI que investigará eventuais irregularidades na concessão de canais de rádio e televisão. A CPI será integrada pelos senadores Wilson Martins, Gerson Camata, Leopoldo Peres, Chagas Rodrigues, Nelson Wedekin e Raimundo Lura, pelo PMDB. Edison Lobão e Marcondes Gadelha pelo PFL, e Mario

## E MAIS:

Maia, do PDT, representando os pequenos partidos. Esta CPI foi uma iniciativa do senador Fábio Lucena, do PMDB, falecido há dias.

O líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli (RS), afirmou ontem, em Porto Alegre, que, se o novo Plano Cruzado decretado pelo governo der certo, a Constituinte poderá acabar mantendo em seis anos o mandato do presidente Sarney, conforme estabelece a atual Constituição.

Com uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Mato Grosso, em Cuiabá, começou ontem a viagem dos constituintes

que fazem parte da subcomissão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente, da Ordem Social, do Pantanal Matogrossense. O objetivo, segundo o deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP) é ouvir a comunidade e discutir o texto aprovado na subcomissão, procurando identificar se ele atende às reivindicações dos pontos críticos envolvidos com desastros e poluição.

O Diário da Constituinte — elaborado pelo Congresso e apresentado diariamente nas emissoras de TV — deverá dar a todos os parlamentares e ideologias a mesma oportunidade de aparecer, defendendo seus pontos de vista. A exigência foi levada à Mesa da Constituinte por representantes do PDS e do PTB, que se sentem discriminados.